

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2023**  
(Do Sr. NETO CARLETTO)

Requer informações ao Poder Executivo federal acerca de ações tomadas frente a conflitos relatados entre o agronegócio, meio ambiente, moradores e pequenos agricultores do interior do Estado da Bahia.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura e Pecuária, no sentido de esclarecer esta Casa acerca das ações tomadas frente a problemas que relata o jornal D'O Joio e o Trigo, no artigo intitulado "As fazendas fecharam tudo: o cerco do agronegócio no interior da BA", publicado em 13 de julho de 2023, pelo site UOL.

Os problemas descritos no artigo mencionado levantam sérias questões sobre os impactos adversos do agronegócio que se expande no interior baiano, tais como:

- **restrição de mobilidade:** pequenos produtores rurais e moradores foram cercados por grandes fazendas, que limitam sua liberdade de movimento e acesso a recursos naturais;

- **impacto ambiental:** contaminação de agrotóxicos aplicados por pulverização aérea, poluição dos rios e aumento de 35% na perda de vegetação no Cerrado entre janeiro e maio de 2023;

- **conflito de terras e grilagem:** apropriação indevida de centenas de milhares de hectares de terra de comunidade tradicional situada na região de Luís Eduardo Magalhães;



- **impacto na saúde e meio de vida de pequenos agricultores:** atividades do agronegócio estariam causando impactos negativos na saúde, na qualidade de vida e na subsistência dos pequenos agricultores e moradores da região.

## JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento busca informações do Poder Executivo federal sobre questões de suma importância relativas ao impacto do agronegócio no interior da Bahia, especificamente em Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e áreas circundantes.

Os relatos de restrição de mobilidade, problemas de saúde e perda de meios de subsistência dos pequenos agricultores e residentes da região representam potenciais violações de direitos fundamentais. O Parlamento tem o dever de zelar pela proteção desses direitos e garantir que os cidadãos não sejam prejudicados por atividades econômicas exercidas de forma irregular.

As alegações de poluição do solo e da água, deriva de agrotóxicos aplicados por meio de pulverização aérea e perda significativa de vegetação no Cerrado indicam uma possível negligência na gestão ambiental. É imperativo para a sustentabilidade do País que tais questões sejam investigadas e abordadas, pois a coexistência harmônica entre pequenos agricultores e grandes operações agrícolas é vital para uma agricultura diversificada e resiliente.

O relato de grilagem de terras e potenciais práticas antiéticas por parte de grandes fazendeiros e empresas requerem uma investigação rigorosa e, possivelmente, intervenção para garantir práticas justas e equitativas. A observância da lei e a manutenção da ética nas práticas agrícolas são fundamentais para a confiança do público no setor e na governança do País.

Este requerimento está alinhado com os princípios de transparência e responsabilidade que devem orientar todas as ações



governamentais. A população tem o direito de saber como o governo está abordando essas questões críticas e de entender as medidas que estão sendo tomadas para proteger seus interesses.

Em vista do exposto, o envio deste requerimento é de extrema importância para garantir que as preocupações e os direitos dos cidadãos sejam devidamente considerados. Ele também reflete o compromisso do Parlamento com a justiça social, a sustentabilidade, a legalidade e a transparência. Sendo assim, solicito o apoio dos membros desta Casa para a aprovação do envio do requerimento ao Poder Executivo federal.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

Deputado NETO CARLETTO

2023-11756

